

A INTERVENÇÃO OCIDENTAL NA LÍBIA: INTERESSES OCIDENTAIS E O PAPEL DA LIGA ÁRABE

Guilherme Ziebell de Oliveira¹

Resumo: Este trabalho busca identificar quais foram os interesses que motivaram as potências ocidentais a promover a intervenção na Líbia, através da OTAN, em 2011. Nesse sentido, primeiramente será realizada uma análise das justificativas apresentadas por estas para efetuar os ataques à Líbia. Em seguida, serão analisados os interesses imediatos dos principais atores ocidentais na derrubada de Kadafi. Ainda, o trabalho busca analisar o papel adotado pelos países membros da Liga Árabe em relação à questão, procurando demonstrar que a atuação destes respeitava uma agenda própria, e contribuiu para facilitar a atuação das potências ocidentais e a derrubada e eliminação de Muammar Kadafi.

Palavras-Chave: Kadafi; Primavera Árabe; OTAN; Intervenção.

WESTERN INTERVENTION IN LIBYA: WESTERN INTERESTS AND THE ROLE OF THE ARAB LEAGUE

Abstract: This paper aims to identify the interests that motivated the Western powers' promotion of the NATO intervention in Libya in 2011. Firstly, the powers' justifications for the attacks on Lybia will be analyzed. Then the immediate interests of the major Western actors in the overthrow of Gaddafi will be examines. The work also aims at analyzing the role adopted by the members of the Arab League on the issue, seeking to demonstrate that their behavior respected their own agenda, and helped facilitate the Western powers' action and the overthrow and elimination of Muammar Gaddafi.

Keywords: Gaddafi; Arab Spring; NATO; Intervention.

¹Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS (PPGEEI/UFRGS). E-mail de contato: oliveiragz@gmail.com

Introdução

No dia 17 de dezembro de 2010, Mohammed Bouazizi, um vendedor de rua tunisiano de 26 anos, cobriu-se de gasolina e colocou fogo em seu próprio corpo, em protesto contra os altos preços dos alimentos e contra a repressão do regime do presidente da Tunísia, Zine El Abidine Ben Ali. O ato serviu de estopim para uma série de protestos que culminaram, em janeiro de 2011, na derrubada de Ben Ali, depois de ter permanecido 23 anos no poder, gozando de amplo apoio e assistência dos EUA (EBAYE; ENOR; CHIME, 2011). O movimento, entretanto, não se restringiu à Tunísia. No Egito, o então presidente, Hosni Mubarak, há três décadas no poder, também enfrentou uma série de protestos, em grande parte pelos mesmos motivos dos protestos tunisianos, que culminaram em sua derrubada, em fevereiro de 2011. A chamada “Primavera Árabe” espalhou-se para diversos países do Norte da África e do Oriente Médio. Argélia, Marrocos, Bahrein, Kuwait, Iêmen e Líbia sentiram seus efeitos, ainda que com intensidades, tratamentos e resultados diferentes.

Na Líbia, a “Primavera Árabe” teve início no mês de fevereiro de 2011. Apesar de, diferentemente de outros países da região, o país não ter passado por um aumento significativo nos preços dos alimentos (PRASHAD, 2012), uma série de protestos ocorreu na região Leste da Líbia e, paralelamente, teve início um levante armado, organizado a partir da cidade de Benghazi, por elementos dissidentes do regime *kadafista*. Em meados de fevereiro, manifestações espalharam-se para diversas cidades da região Leste (onde se encontram as principais reservas de petróleo da Líbia), adotando um caráter cada vez mais violento, com “manifestantes” armados entrando em conflito direto com as forças de repressão do governo. Alguns dias depois, ainda em fevereiro, foi anunciada a formação de um Conselho Nacional de Transição (CNT)², composto, em grande parte, (e liderado) por dissidentes do governo de Muammar Kadafi³, e que se apresentava como o único representante legítimo do Estado líbio, pedindo que assim fosse reconhecido pelos governos de outros países (VISENTINI et al., 2012).

² A respeito do Conselho Nacional de Transição, tanto Laurent (2013) quanto Campbell (2013) e Erlanger (2011) destacam a centralidade da atuação do intelectual francês Bernard-Henri Lévy na criação, estruturação e reconhecimento do grupo.

³ De acordo com Samuel Laurent (2013), além de as principais lideranças do Conselho não possuírem legitimidade entre a população líbia, uma parte significativa dos membros do conselho era desconhecida, enquanto diversos outros sequer viviam no país africano.

O avanço dos rebeldes líbios continuou e, ao final de fevereiro, eles já haviam dominado diversas cidades do país, bem como bases aéreas e navais, aumentando significativamente seu poder de combate (CHOSSUDOVSKY, 2013b; PRASHAD, 2012). Nesse momento, foi aprovada, em 26 de fevereiro, a resolução 1970 do Conselho de Segurança da ONU (CSONU), que clamava pelo fim das hostilidades, estabelecia o congelamento dos bens e a proibição de viagens de membros do Governo Kadafi, além de um embargo à venda de armas para a Líbia (tanto para o governo, quanto para os rebeldes). Os conflitos, todavia, continuaram, mas com uma virada inesperada das forças *kadafistas* que, em meados de março, já haviam conseguido repelir os rebeldes, retomando as cidades centrais do país, além de Misrata (o centro rebelde na região Oeste), e avançando em direção a Benghazi (o outro centro rebelde) (PRASHAD, 2012; MORONE, 2012).

Foi a partir de então que as demandas pelo estabelecimento de uma Zona de Exclusão Aérea (ZEA), ou mesmo por uma intervenção direta, intensificaram-se. Nesse contexto, e supostamente sob a égide do princípio de “Responsabilidade de Proteger” (R2P, sigla em inglês), foi aprovada, em 17 de março, com dez votos favoráveis e cinco abstenções, a resolução 1973 do CSONU, que estabelecia uma ZEA sobre a Líbia. Era a primeira vez que o CSONU autorizava o uso de força militar para proteger vidas humanas contra a vontade de um Estado em funcional (BELLAMY, 2011). A partir daí, as forças ocidentais iniciaram, paralelamente, pesados ataques ao governo líbio (a França lançou a operação *Harmattan*, os EUA lançaram a operação *Odyssey Dawn*, o Reino Unido, a operação *Ellamy* e o Canadá, a operação *Mobile*). Logo em seguida, as diferentes operações foram concentradas em uma só, e assumidas pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)⁴, sob o nome de operação *Unified Protector* (JOY, 2011).

Todas essas operações extrapolaram de maneira significativa o mandato que fora previsto na resolução 1973, posicionando-se claramente ao lado das forças rebeldes e buscando a derrubada e eliminação do líder líbio. Apesar das manifestações de diversos países (Brasil, Índia, África do Sul, Turquia, Bolívia, Cuba, Venezuela, Rússia e China) e de organizações internacionais em favor do fim dos ataques, estes foram mantidos (VISENTINI et al., 2012). Com o apoio das potências ocidentais, os rebeldes líbios foram

⁴ Apesar de alguns autores considerarem que os EUA diminuíram sua participação na intervenção a partir do momento em que a OTAN assumiu a direção da missão (VISENTINI, 2012), Vijay Prashad (2012, p.169) aponta que os EUA, mesmo com o discurso de que “comandaria a operação à distância” seguiram fornecendo a maior parte da capacidade de inteligência e reconhecimento e vigilância de território para a OTAN, além de comandar a maioria das missões de reabastecimento e de ser responsável por parte significativa dos bombardeios aéreos.

capazes de conter o avanço das forças de Kadafi, retomando a vantagem no conflito mais uma vez. Após oito meses de ataques e bombardeios ao governo líbio, os rebeldes, graças ao apoio concedido pela OTAN (com o envio de forças especiais, armas e o recrutamento de mercenários de outros países), conseguiram capturar Muammar Kadafi, e assassiná-lo em um ato que foi filmado e veiculado na internet (PRASHAD, 2012; VISENTINI et al., 2012).

Este trabalho busca identificar quais foram os interesses que motivaram as potências ocidentais a promover a intervenção na Líbia, através da OTAN, em 2011. Nesse sentido, primeiramente será realizada uma análise das justificativas apresentadas por estas para efetuar os ataques à Líbia. Em seguida, serão analisados os interesses imediatos dos principais atores ocidentais na derrubada de Kadafi. Ainda, o trabalho busca analisar o papel adotado pelos países membros da Liga Árabe em relação à questão, procurando demonstrar que a atuação destes respeitava uma agenda própria, e contribuiu para facilitar a atuação das potências ocidentais e a derrubada e eliminação de Muammar Kadafi.

As falácias da Responsabilidade de Proteger e da intervenção humanitária

A imposição de uma Zona de Exclusão Aérea, através da resolução 1973 do CSONU, apoiou-se no princípio da Responsabilidade de Proteger, adotado pela ONU desde 2005. De acordo com esse princípio, os Estados têm a responsabilidade de proteger suas próprias populações de genocídios, crimes de guerra, limpezas étnicas e crimes contra a humanidade, e mesmo da ameaça de qualquer um deles. A comunidade internacional, por sua vez, tem a responsabilidade de ajudar os Estados a cumprirem as suas responsabilidades de proteção e, em casos em que um Estado se mostre incapaz de cumprir a responsabilidade de proteger sua população, a comunidade internacional tem a responsabilidade de agir rápida e assertivamente, sob os auspícios da Carta da ONU, utilizando meios diplomáticos, humanitários e quaisquer outros meios pacíficos de maneira apropriada, para ajudar a proteger aquelas populações (BELLAMY, 2010; UNGA, 2009). Apesar de prever o uso de força militar por parte da comunidade internacional, como forma de garantir a proteção das populações, este é visto como um último recurso, já que também se mostra como uma ameaça à integridade dessas populações (THAKUR, 2011).

O discurso usado por aqueles que apoiavam a imposição da ZEA defendia que a população civil líbia, que se levantara pacificamente em protesto, em todo o país, contra o governo Kadafi, estava sendo atacada com força desproporcional pelo governo, que teria

ameaçado promover um “banho de sangue” contra os rebeldes. Portanto, a comunidade internacional precisava intervir, com base no R2P, como forma de proteger a população líbia (BELLAMY, 2011; DAALDER; STAVRIDIS, 2012). Esse discurso, todavia, foi construído com base em diversas premissas falsas, dentre as quais se destaca a ideia de que as forças *kadafistas* teriam recorrido, imediatamente, ao uso de recursos letais no combate às manifestações, que por sua vez teriam sido realizadas em todo o país e de forma pacífica (ANRIG, 2011; BELLAMY; WILLIAMS, 2011). De acordo com Kuperman (2013), entretanto, desde o início as manifestações foram marcadas pela participação de rebeldes armados, enquanto as forças do governo respondiam usando armas não-letais. A escalada de violência, todavia, teria levado as forças estatais a alterarem seu posicionamento, passando a usar armamentos letais. Além disso, os protestos tiveram início na região em torno da cidade de Benghazi, no Leste do país, historicamente um foco de insurreições contra o governo Kadafi (e, portanto, não tinham um caráter nacional)⁵ (KUPERMAN, 2013; LEWIS, 2013; MORRONE, 2012).

Ademais, Kuperman (2013) também ressalta que, de acordo com dados do *Human Rights Watch*, o número de civis mortos, apesar de grande, representava uma parcela ínfima da população, o que se oporia às informações de que as forças *kadafistas* teriam realizado um ataque indiscriminado aos manifestantes civis⁶. Cabe ressaltar, entretanto, que além de não ter havido nenhuma forma de confirmação oficial dos números de mortos, as forças leais ao governo também sofreram um número elevado de baixas, sobretudo nas tentativas de tomar as cidades de Az Zawiya e Misrata, em que foram reprimidas e derrotadas pelas forças rebeldes. Nesse sentido, como destaca Vijay Prashad (2012), as mortes ocorridas nos embates entre as forças nacionais e os rebeldes na Líbia foram fruto de combates armados, em que os rebeldes dispunham de capacidades similares às das forças nacionais⁷, não se configurando como um ataque do governo à sua população, mas sim como uma guerra civil (FERABOLLI, 2011).

⁵ Essa informação é importante pois demonstra que, diferentemente do que as mídias (e as potências) ocidentais afirmavam, as revoltas não se tratavam de uma insatisfação generalizada com o governo Kadafi.

⁶ Nesse contexto, Kuperman (2013) traz ainda outro dado interessante. A proporção de mulheres mortas entre os civis estaria entre 1% e 3%, um número muito abaixo do esperado, caso as forças do governo efetivamente tivessem disparado indiscriminadamente contra os manifestantes civis.

⁷ Os rebeldes, além de contarem com o apoio de diversos militares que desertaram, levando consigo seus armamentos, tomaram várias bases militares, aéreas e navais, adquirindo amplo armamento, inclusive aéreo, capaz de fazer frente às forças nacionais (PRASHAD, 2012).

Tendo em vista a escalada da violência entre as forças nacionais e os rebeldes, a União Africana (UA) estabeleceu, no dia 10 de março, uma Comissão *Ad Hoc* de Alto Nível sobre a Líbia, em uma tentativa de mediar uma solução pacífica para o conflito. Essa iniciativa estaria de acordo com a própria Carta da ONU, já que a UA seria a organização regional mais diretamente interessada na questão, e, portanto, deveria ter a iniciativa (e a prioridade) em sua resolução (BOYLE, 2012). A proposta da União era composta por um cessar-fogo imediato, acesso irrestrito à ajuda humanitária, proteção de estrangeiros e a promoção do diálogo e de uma solução política negociada entre Benghazi, o centro rebelde, e Trípoli. Para a União Africana, contudo, a saída de Kadafi não era uma pré-condição para a negociação (PRASHAD, 2012).

A iniciativa da UA, entretanto, foi ignorada, e a própria Comissão foi impossibilitada de chegar à Líbia, pois no dia 19 de março, nove dias após sua formação, e dois dias após a aprovação da Resolução 1973 – que previa o envio da Comissão ao país –, os *Mirages* franceses começaram a bombardear o território líbio (PRASHAD, 2012; DE WAAL, 2013). Mesmo depois do início dos bombardeios, a UA seguiu tentando assumir a posição de mediadora do conflito, sendo recorrentemente ignorada (ainda que tenha conseguido, em abril de 2010, que Kadafi aceitasse o cessar-fogo e o envio de ajuda humanitária em troca do fim dos ataques da OTAN) (MORONE, 2012). Além da UA, a Venezuela também propôs uma mediação, que foi negada pelo CNT. Por fim, o próprio governo Kadafi propôs não apenas um cessar-fogo, mas também a realização de negociações com o CNT para a construção de um governo constitucional, além do pagamento de compensações para as vítimas do conflito. A proposta, todavia, também foi recusada (KUPERMAN, 2013).

Após a aprovação da resolução 1973, as potências ocidentais passaram a comandar bombardeios aéreos à Líbia, supostamente visando apenas alvos militares. A justificativa era, mais uma vez, proteger a população líbia. Cabe destacar, todavia, que ainda que a resolução não previsse nenhum tipo de ação em solo⁸, EUA, França e Grã-Bretanha enviaram tropas especiais à Líbia, que foram responsáveis não só por combater as forças *kadafistas*, mas também prover treinamento para os rebeldes (CHOSSUDOVSKY, 2013b). Ainda, aponta-se que, apesar do embargo à venda de armamentos estabelecido pela resolução 1970 e reforçada pela Resolução 1973, as potências ocidentais (sobretudo França

⁸ A resolução autorizava a proteção de civis e de áreas habitadas por civis que estivessem em áreas sob ameaça de ataque (EYAL, 2012).

e Grã-Bretanha) foram responsáveis pelo fornecimento de armamentos para os rebeldes (EYAL, 2012). Além disso, cabe ressaltar que a Resolução não previa o envolvimento na guerra civil, mas sim a proteção de civis desarmados e ameaçados pelas forças do governo, e não a proteção (e o apoio) às forças rebeldes armadas (PRASHAD, 2012).

Nesse sentido, Alex De Waal (2013, p.368) é bastante claro ao se referir à posição adotada pelas potências ocidentais em relação à Resolução 1973:

França, Grã-Bretanha e os EUA (coletivamente os “P3” no Conselho de Segurança da ONU) implementaram seletivamente somente as provisões favoráveis aos seus objetivos, ignorando as outras e, sobretudo, expandiram a referência a “todos os meios necessários” [feita pelo texto da resolução], para incluir a realização de ações militares além da proteção de civis, levando, diretamente, a uma mudança forçada de regime. [...] Em nenhum momento os EUA ou a ONU apresentaram um plano para uma resolução política [da questão].

Fica claro, dessa forma, que, apesar de um discurso de proteção dos civis e de intervenção humanitária, os ataques da OTAN tinham sobretudo o objetivo de remover (ou ao menos facilitar a remoção) de Kadafi do poder (DAALDER; STAVRIDIS, 2012; NAZEMROAYA, 2011). Evidência de que a preocupação ocidental não era apenas com a proteção dos civis, é o fato de que mesmo depois de as forças rebeldes terem conseguido reverter a vantagem das forças de Kadafi, fazendo-as recuar e se refugiar em Sirte, os bombardeios continuaram. Lá Kadafi e suas tropas já não representavam uma ameaça para nenhuma parte da população líbia, uma vez que a população da cidade se mostrava favorável ao líder líbio (KUPERMAN, 2013; PRASHAD, 2012).

Ainda, caso se tratasse realmente de uma intervenção humanitária, com o objetivo de proteger a população civil, seria de se esperar que, mesmo após o assassinato de Kadafi, os ataques da OTAN continuassem, uma vez que novas ondas de violência, entre os grupos que compunham as forças rebeldes, passaram a ocorrer, pondo parte da população em risco⁹ (CAMPBELL, 2013). A intervenção, todavia, não foi mantida, e, assim que o líder líbio foi morto, a ofensiva ocidental foi encerrada (EYAL, 2012). Outro ponto importante a se ressaltar, que dá suporte a essa ideia, é a carta publicada em conjunto por David Cameron, primeiro-ministro britânico, Nicolas Sarkozy, então presidente francês, e Barack

⁹ Exemplo disso é o fato de, em setembro de 2012, o embaixador estadunidense na Líbia ter sido morto em um ataque ao consulado do país em Benghazi. De acordo com Campbell (2013, p.31) “o episódio trouxe à tona o que vinha sendo escondido: centenas de milícias estavam atacando e intimidando os civis [na Líbia]”.

Obama, presidente dos EUA, em abril de 2011. Nesta carta, os três líderes mantêm o discurso de que a intervenção visava à proteção da população líbia, mas deixam claro que a derrubada de Kadafi era condição *sine qua non* para a consecução de seu objetivo. Segundo eles,

Nosso dever e nosso mandato sob a resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU é proteger os civis, e nós estamos fazendo isso. Não é remover Kadafi à força. Mas é impossível imaginar um futuro para a Líbia com Kadafi no poder. [...] Há um caminho para a paz que promete esperanças renovadas para a população da Líbia – um futuro sem Kadafi que preserve a integridade e soberania líbias, e que recupere sua economia e a prosperidade e segurança de sua população. [...] Entretanto, enquanto Kadafi estiver no poder, a OTAN deve manter suas operações para que os civis permaneçam protegidos, e para que a pressão sobre o regime aumente. Então, uma transição genuína de uma ditadura para um processo constitucional inclusivo poderá realmente começar, comandada por uma nova geração de líderes. *Para que essa transição tenha sucesso, Kadafi deve partir, e para sempre* (OBAMA; CAMERON; SARKOZY, 2011, grifo nosso).

Interesses ocidentais

Muammar Kadafi chegou ao poder na Líbia por meio de um golpe militar, em 1969, depondo o então governante, o rei Idris. Ao longo das décadas seguintes, especialmente após a morte do líder egípcio, Gamal Abdel Nasser, Kadafi buscou assumir uma posição de liderança no Mundo Árabe, no que teve pouco sucesso. Ao longo do período, Kadafi foi se afastando cada vez mais das demais lideranças árabes, especialmente de Anwar Sadat, do Egito¹⁰, por conta das negociações de paz com Israel e da aproximação egípcia com os EUA. Diante desse afastamento, Kadafi buscou consolidar-se como uma oposição à influência ocidental tanto no Oriente Médio, quanto no continente africano (LEWIS, 2011). A partir daí, as relações com os EUA passaram por uma rápida deterioração, especialmente a partir da administração Reagan, que tinha na luta contra o “terrorismo internacional” uma de suas principais bandeiras. Assim, a Líbia, que de acordo com os EUA mantinha laços com organizações terroristas internacionais (como o Exército Republicano Irlandês, o IRA, por exemplo), tornou-se um dos principais alvos estadunidenses (BOYLE, 2013).

Em 1981, pouco tempo após o governo dos EUA ter fechado sua embaixada na Líbia, caças estadunidenses que participavam de um exercício militar no Mediterrâneo

¹⁰ A deterioração das relações entre Líbia e Egito, sobretudo a partir de 1973, levou inclusive à eclosão de uma guerra entre os dois países, em 1977. O conflito se encerrou rapidamente, todavia, graças à mediação do líder palestino Yasser Arafat (FERABOLLI, 2011).

derrubaram duas aeronaves militares líbias, enquanto sobrevoavam o Golfo de Sirte, região reclamada pela Líbia como parte de suas águas territoriais – e onde concentra-se parte importante das reservas petrolíferas do país (BOYLE, 2013). No ano seguinte, como forma de punir a Líbia por sua presumida associação com organizações terroristas, o governo dos EUA impôs um embargo à compra do petróleo do país. Novas sanções à Líbia foram anunciadas por Reagan em 1986 e, no mesmo ano, os EUA bombardearam Trípoli e Benghazi¹¹, como represália a um ataque terrorista realizado em uma casa noturna em Berlim, no qual dois americanos morreram, e cuja realização foi associada às forças de inteligência líbias (LEWIS, 2011). O bombardeio estadunidense contou com amplo apoio do Reino Unido, que havia rompido relações diplomáticas com a Líbia em 1984, por conta da morte de uma policial britânica em frente à embaixada líbia em Londres naquele ano¹² (CRISTIANI, 2014). Posteriormente, em 1988, um avião da *Pan American Airlines* foi vítima de um ataque terrorista, explodindo enquanto sobrevoava a cidade escocesa de Lockerbie e matando 270 pessoas, das quais 189 eram estadunidenses. O governo líbio foi acusado de ter orquestrado o ataque, e os EUA demandaram ao CSONU que fossem impostas sanções ao país, o que se confirmou em 1992.

As diversas sanções internacionais impostas à Líbia durante as décadas de 1980 e 1990 contribuíram para uma piora nas condições de vida no país no período. Frente a isso, a partir do final da década de 1990, Kadafi passou a tentar tirar a Líbia do isolamento, buscando a normalização das relações com as potências ocidentais. Nesse contexto, logo após o ataque de 11 de setembro de 2001, ele formalmente estendeu seu apoio à Guerra ao Terror de Bush, colaborando de forma ativa, além de entregar os agentes executores do atentado de Lockerbie¹³ (CAMPBELL, 2013; LAURENT, 2013). A partir do início dos anos 2000 e dos ataques ao Iraque¹⁴, as potências ocidentais também passaram a ver a reaproximação com a Líbia como necessária, já que estavam temerosas em relação ao seu

¹¹ Os ataques dos EUA foram responsáveis pela morte de mais de 30 pessoas, dentre os quais uma filha adotiva de Kadafi (JANE'S, 2009).

¹² O suposto assassino seria um líbio, que teria se refugiado na embaixada logo depois do ataque (ZEIDAN, 1987).

¹³ Estes foram entregues às autoridades internacionais em 1999. Frente a essa atitude, no mesmo ano Londres reestabeleceu completamente os laços diplomáticos com a Líbia (CRISTIANI, 2014). Os EUA, por sua vez, reestabeleceram as relações diplomáticas com a Líbia em 2006 (SMITH, 2011).

¹⁴ No contexto da invasão do Iraque, em 2003, Kadafi inclusive decidiu, unilateralmente, renunciar ao programa líbio de armas de destruição em massa (CAMPBELL, 2013; LAURENT, 2013).

fornecimento de petróleo. Assim, no contexto de reaproximação com o Ocidente, o líder líbio deu início a um amplo processo de privatizações, promovendo a abertura, sobretudo, do setor de petróleo¹⁵. Como resultado, o país passou a experimentar aumento no desemprego e preços crescentes, o que gerou grande insatisfação popular e culminou nas manifestações e nos levantes armados contra o governo (VISENTINI et al, 2012).

Levando em consideração a trajetória política instável de Muammar Kadafi (chamado de “cachorro louco do Oriente Médio” por Reagan) (FERRABOLI, 2011), o governo do líder “excêntrico e errático” (VISENTINI et al, 2012, p.58) sempre foi considerado autoritário pelas potências ocidentais. Esse fato, todavia, jamais impediu Washington, Londres, Paris ou Roma de fazer negócios com Trípoli, sobretudo após a normalização das relações, no início dos anos 2000. Além disso, é importante lembrar que a crise econômica mundial, que afetou sobremaneira as potências ocidentais a partir de 2007, ainda não fora superada por estas – tendo, em verdade, se intensificado (especialmente na Europa). Frente a essa intensificação, e à crescente inserção dos países emergentes no continente africano, ocupando espaços que até então eram reservados ao Ocidente, as potências ocidentais, especialmente as europeias, voltaram-se para a África, na busca de renovadas fontes de capitais (CAMPBELL, 2013). Nesse contexto, como destaca Horace Campbell (2013, p. 30),

A operação da OTAN expôs a realidade de que na depressão [econômica] atual haverá uso massivo de força pelas corporações ocidentais para manterem-se competitivas. Essas entidades corporativas decidiram ir além das “reformas” de ajustes estruturais, e adotaram uma posição militar na África. Há também analistas que percebem a intervenção na Líbia como uma guerra *proxy* com a China.

Por fim, cabe ressaltar que a Líbia possui uma importante posição estratégica no continente africano. Localizado entre a Tunísia, Egito (que possuíam regimes pró-Ocidente até a Primavera Árabe) e Argélia (outro regime pró-Ocidente), o país também possui fronteiras com Níger, Chade e Sudão, sendo considerado uma “porta de entrada” para a África Subsaariana (KEENAN, 2013). Além disso, junto com a Argélia, o Sudão e o Egito, a Líbia encontra-se sobre o principal reservatório de água potável do continente africano, o Aquífero Arenito Núbio, estando a maior parte situada sob território líbio (CAMPBELL,

¹⁵ A abertura do setor petrolífero líbio a partir de 2004, como destaca Campbell (2013), foi feita de uma forma bastante estruturada, e teve sucesso em garantir a participação de empresas de diversos países no setor, sem que houvesse o controle de apenas um deles. Nesse contexto, apenas as empresas francesas não conseguiram ampliar sua participação no setor (CAMPBELL, 2013).

2013). Por sua vez, os três vizinhos subsaarianos da Líbia possuem importantes recursos naturais (urânio no Níger e petróleo no Chade) ou acesso a eles (caso do Sudão, que controla os oleodutos que escoam a produção petrolífera do Sudão do Sul), além de contarem com significativos investimentos chineses nos seus setores extrativos (CHOSSUDOVSKY, 2013a). Ademais, cabe ressaltar que o CNT, antes mesmo da derrubada de Kadafi, já havia se pronunciado, afirmando que os laços econômicos e a divisão das cotas de exploração do petróleo no país se dariam proporcionalmente ao apoio dado por outros países no conflito (STRATFOR, 2011), o que certamente serviu de incentivo às potências ocidentais.

EUA

Diversos interesses motivaram Washington a apoiar a intervenção na Líbia. Os dois principais eram o petróleo e a necessidade de assegurar a sua influência na região (PRASHAD, 2012). Em relação ao petróleo líbio, as empresas estadunidenses tinham pouca participação no país, sendo as principais a *Chevron* e a *Occidental Petroleum* (com participações muito menores do que as empresas europeias, por exemplo) (DINUCCI, 2011). Nesse contexto, a questão do petróleo se mostrava premente por dois motivos principais: primeiro, a necessidade de garantir a continuidade da produção líbia de petróleo (bem como a do Oriente Médio), de forma a garantir a estabilidade do preço internacional do produto (PRASHAD, 2012); em segundo lugar, a possibilidade de aumentar a participação de empresas estadunidenses no setor petrolífero líbio (DINUCCI, 2011).

Em termos estratégicos, diversos interesses estadunidenses podem ser apontados. Primeiramente, a queda de outros regimes pró-Occidente (como Tunísia e Egito) e o medo da ascensão de governos não alinhados aos interesses ocidentais – ou mesmo de partidos islâmicos, uma preocupação significativa para os EUA desde o fim da Guerra Fria (ADEBAJO, 2003) – (o que de fato acabou se confirmando) (EBAYE, ENOR, CHIME, 2011). Assim, após “perder” o Egito e a Tunísia, os EUA (e o Ocidente) buscaram, através da Líbia, garantir a sua influência na região. Assim, Kadafi, que historicamente havia sido um parceiro dotado de comportamento errático, precisava ser substituído por um líder mais “estável”, que atendesse de maneira mais satisfatória aos interesses ocidentais na região.

Além disso, cabe destacar que a Líbia manteve, historicamente, boas relações com a China que, a partir de meados dos anos 2000, passou a investir significativamente no setor energético do país, sobretudo no de petróleo. A expansão da atuação chinesa no

continente africano tem-se mostrado um “incômodo” para os atores ocidentais, que veem seu espaço de atuação diminuído pela competitividade oriental (VISENTINI; OLIVEIRA, 2012). Nesse contexto, a mudança de regime na Líbia ajudaria a “remover” (ou ao menos dificultar) a presença chinesa, aumentando o espaço de atuação ocidental. Essa preocupação era comum a todos os atores ocidentais envolvidos na intervenção. Na Líbia, a China era responsável por importar 10% de toda produção de petróleo. Além disso, cerca de 36.000 chineses viviam no país, que contava com a presença de setenta e cinco empresas chinesas. Dessas, a mais importante era a empresa de petróleo CNPC, que teve suas instalações bombardeadas durante a intervenção ocidental (ROUSSEAU, 2011).

A intervenção na Líbia também se insere em um contexto de ampliação da importância estratégica do continente africano para a política externa estadunidense. A partir de 1997, com a elaboração, pelos neoconservadores, do “Projeto para o Novo Século Americano”, o fornecimento de petróleo passou a ser identificado como a principal questão de segurança nacional para os EUA. Assim, logo após ser eleito, George W. Bush estabeleceu o Grupo de Desenvolvimento de Política Energética Nacional (NEPD), coordenado pelo vice-presidente, Dick Cheney, que tinha como objetivo identificar possíveis alternativas para os desafios energéticos dos EUA. O primeiro relatório divulgado pelo NEPD, conhecido como Relatório Cheney, identificava a África, especialmente sua porção subsaariana, como principal fonte de fornecimento de petróleo para os EUA no futuro (como forma de ampliar o volume importado e, paralelamente, diminuir as importações dos países do Golfo Pérsico) e, portanto, como espaço de importância estratégica vital (KEENAN, 2013).

Nesse contexto, a partir do início dos anos 2000, os EUA buscaram intensificar sua presença no continente africano, o que foi facilitado, em grande medida, pelo discurso de Guerra ao Terror deflagrado no pós-11 de setembro de 2001. Assim, diversas iniciativas foram lançadas pelos EUA na África, dentre as quais se destacam a Iniciativa Pan-Sahel (PSI, na sigla em inglês), criada em 2002, e a sua substituta, a Iniciativa de Contraterrorismo Transaariana (TSCTI, na sigla em inglês), criada em 2005. Além disso, em 2007, o governo Bush autorizou a criação do Comando dos EUA para a África (AFRICOM), que se tornou ativo em 2008. A criação de todas essas iniciativas tinha como justificativa um contexto de combate à intensificação das ameaças terroristas no continente africano, especialmente por grupos localizados nas regiões do Saara e do Golfo da Guiné. A origem dessas ameaças, todavia, é controversa. Segundo Jeremy Keenan (2009, 2013), a

desestabilização da região foi conscientemente fomentada pelos EUA, tanto através da atuação de agentes locais, quanto através de uma ampla iniciativa midiática, como forma de legitimar uma posterior presença estadunidense na região – e facilitar o acesso ao (e controle do) petróleo africano.

Por fim, podemos destacar que, em seu livro, o general reformado e ex-Comandante Militar Supremo da OTAN, Wesley Clark, apontava, já em 2003, que a Líbia fazia parte de uma lista, elaborada pelo Pentágono, de países que deveriam ser invadidos pelos EUA, em um contexto de busca de controle estratégico sobre o Oriente Médio¹⁶. Assim, segundo Clark (2003), as invasões começariam com o Iraque, seguido de Síria, Líbano, Líbia, Somália, Sudão e, finalmente, Irã. Nesse contexto, como aponta Nazemroaya (2011), de uma forma ou de outra, todos esses países foram atacados direta ou indiretamente, e todos eles, exceto Irã e Síria (ao menos até o momento), sucumbiram aos EUA e seus aliados.

França

Os interesses franceses na Líbia podem ser divididos, em princípio, em duas categorias, interesses internos (que compreendem também o contexto europeu) e interesses externos. Em relação ao contexto interno, a intervenção foi, em certa medida, uma tentativa do então presidente, Nicolas Sarkozy, de aumentar a sua popularidade interna, que já vinha bastante abalada. Além disso, ela também se insere no contexto da crise econômica que abalou a União Europeia (UE) desde 2009 com a questão grega. Nesse contexto, enquanto combatia a crise, a Alemanha buscou, através de seu poder econômico, aumentar seu controle sobre a União Europeia. A intervenção na Líbia, assim, foi, em parte, uma tentativa francesa de demonstrar seu importante papel para o continente (sobretudo em termos militares), como forma de contrabalançar a influência alemã (STRATFOR, 2011).

Em termos externos, destaca-se que a França também tinha interesses no setor energético líbio. Antes da intervenção, a *Total*, principal empresa de hidrocarbonetos francesa, tinha investimentos no país, controlando cerca de 14% do mercado de petróleo e

¹⁶ Em 2004, na esteira da Guerra do Iraque, o governo Bush lançou a *Greater Middle East Initiative*, que tinha por objetivo “civilizar e democratizar” a região composta pelos Estados Árabes, Afeganistão, Irã, Israel, Paquistão e Turquia, demandando que fossem adotadas grandes reformas políticas e mecanismos de garantia de direitos humanos. O projeto da iniciativa, todavia, foi distribuído apenas para os representantes dos países do G-8, não tendo os representantes do “Grande Oriente Médio” sido consultados (DIETL, 2011).

gás líbio (ROUSSEAU, 2011). Uma mudança de regime, com a derrubada de Kadafi, assim, se apresentava como uma possibilidade de aumentar o espaço de atuação francês. Nesse contexto, cabe destacar que, logo após a derrubada de Kadafi, em 1º de setembro, foi realizada, em Paris, a “Conferência dos Amigos da Líbia”, na qual foi confirmada a ampliação da participação francesa no setor energético líbio. No mesmo dia da conferência, o jornal francês *Libération* divulgou que o governo francês havia estabelecido, ainda em abril de 2011, um acordo com o CNT¹⁷, dando a Paris o direito de explorar 35% do setor petrolífero líbio em troca de apoio total contra as forças *kadafistas* (ROUSSEAU, 2011). Além do interesse no setor petrolífero líbio, a França também tinha interesse significativo na venda de armamentos para a Líbia. Entre 2004, quando o embargo à venda de armamentos ao país africano foi retirado pela UE, e 2011, Paris vendeu cerca de US\$ 500 milhões em armamentos para o governo de Kadafi (STRATFOR, 2011), que também os comprava dos EUA, da Itália e da China (PRASHAD, 2012).

Dessa forma, o ativismo francês na intervenção ocidental estaria diretamente ligado à tentativa de retomar a importância estratégica francesa tanto no Mediterrâneo quanto no continente africano (em grande parte diminuída, sobretudo a partir dos anos 2000, pela crescente participação chinesa), bem como para contrabalançar o conceito geoestratégico estadunidense de “Grande Oriente Médio” (MORONE, 2012). Além disso, cabe destacar que Muammar Kadafi buscava, sobretudo a partir dos anos 2000, retomar uma postura mais ativa no continente africano. Dessa forma, quando da transformação da Organização da Unidade Africana em União Africana, em 2002, Kadafi foi o proponente de um modelo mais profundo de integração, no que, entretanto, não foi bem-sucedido (PRASHAD, 2012).

Entre as propostas de Kadafi para a nova UA, estava a criação de uma moeda única para o continente africano, o Dinar de Ouro (*Golden Dinar*), que ele seguiu sustentando após a criação da organização (PRASHAD, 2012). Se tal proposta fosse efetivamente concretizada, ela com certeza afetaria os interesses franceses no continente, já que, desde a independência das ex-colônias africanas a França tem usado o Franco CFA como um instrumento de dominação no continente (VERSCHAVE, 2004). Assim, cabe ressaltar que a intervenção se insere em uma reestruturação do discurso francês para a atuação no continente africano, que vem sendo crescentemente utilizado e aprimorado desde meados

¹⁷ A França foi o primeiro país a reconhecer formalmente o CNT como único representante legítimo da Líbia, ainda em 10 de março de 2011. Curiosamente, o reconhecimento se deu em um momento em que as forças *kadafistas* tinham mais força, e estavam prestes a derrotar os rebeldes (LAURENT, 2013).

da década de 1990, e que se baseia na ideia de securitização do continente (CHARBONNEAU, 2008).

Reino Unido

Para os britânicos, o principal interesse na intervenção eram os recursos energéticos. A *British Petroleum* (BP), até 2011, não possuía produção na Líbia, apesar de a empresa ter assinado um acordo para a perfuração de poços *onshore* e *offshore* com o país no valor de US\$ 1 bilhão, em 2007. Especula-se que a libertação, em 2009, de Abdel Baset al-Megrahi, que estava preso devido ao atentado de Lockerbie, tenha servido como “moeda de troca” para a assinatura do contrato (STRATFOR, 2011). Nesse contexto, o vazamento de petróleo no Golfo do México, em 2010, e o fracasso do acordo de exploração conjunta no Ártico com a empresa russa Rosneft, tornaram a Líbia uma importante opção de expansão para a BP (ROUSSEAU, 2011).

Itália

A Itália, por sua vez, era, possivelmente, o país ocidental com interesses mais imediatos na questão líbia. Tanto sua segurança nacional quanto energética estavam intrinsecamente ligadas ao destino líbio. Assim, Roma adotou uma posição ambígua, tentando, ao mesmo tempo, fazer parte da intervenção ocidental (tendo cedido sete bases aéreas para a coalizão ocidental, e se responsabilizando por fazer patrulhas aéreas sobre o território líbio) e não adotar uma postura agressiva contra o governo Kadafi (STRATFOR, 2011).

A empresa italiana ENI, do setor de hidrocarbonetos, presente na Líbia desde 1959, detinha diversos investimentos no país africano, sendo, de longe, a líder na exploração de hidrocarbonetos, responsabilizando-se por quase 30% das exportações de petróleo líbias (ROUSSEAU, 2011). Destaca-se, entre os principais investimentos, o gasoduto *Greenstream* (por meio do qual a Itália importava cerca de 15% do total de gás importado pelo país), e os campos de petróleo *Buri* (o maior campo de petróleo *offshore* do Mar Mediterrâneo, localizado na costa de Trípoli), *Wafa* (no oeste) e *Elephant* (no sudoeste), além de diversos outros (STRATFOR, 2011).

Assim como a França, a Itália havia concluído diversas vendas de armamentos para a Líbia entre 2004 e 2011. Além disso, pouco antes do início da rebelião líbia, os dois países estavam negociando um acordo militar no valor de US\$ 1,05 bilhões, envolvendo a

melhora da segurança fronteiriça líbia e também a contratos para a construção de navios no país africano. Além disso, a Líbia de Kadafi realizava diversos investimentos na Itália. Os Fundos de Investimento Soberano líbios estavam investidos em diversas instituições financeiras e empreendimentos industriais italianos. O receio de Roma, nesse contexto, era de que uma participação ativa na intervenção ocidental levasse o Governo Kadafi a retirar esses investimentos do país. Ao mesmo tempo, temia-se que a não participação levasse um eventual novo governo líbio a fazer o mesmo, redirecionando esses investimentos para a França ou para o Reino Unido (STRATFOR, 2011).

A partir da década de 1990, em um contexto de retomada do pan-africanismo, o Governo Kadafi flexibilizou as políticas de entrada no país para os nacionais de países da África subsaariana. Entre outros resultados, o país acabou se tornando uma rota para emigrantes africanos ilegais em direção à Europa. Nesse contexto, em 2008, Trípoli e Roma assinaram um acordo que, em troca de investimentos italianos na Líbia, garantia que o país africano intensificaria os esforços para reduzir o fluxo de emigrantes, além de aceitar a política italiana de patrulhar o Mar Mediterrâneo e, no caso de encontrar refugiados e emigrantes em águas internacionais, enviá-los para a Líbia, sendo eles líbios ou não (STRATFOR, 2011).

O papel da Liga Árabe na crise líbia

Em 12 de março de 2011, a Liga Árabe se reuniu no Cairo para votar uma resolução solicitando à ONU o estabelecimento de uma Zona de Exclusão Aérea sobre a Líbia (HASEEB, 2012), alegando que Kadafi já não gozava mais de legitimidade à frente do governo líbio, sobretudo devido aos excessos que teria cometido contra a sua população (JOY, 2012). Dos vinte e dois países membros da Liga, apenas onze estavam presentes na votação. Dos presentes, seis eram os países membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), sendo quatro deles (Bahrein, Kuwait, Catar e Emirados Árabes Unidos) membros da Iniciativa de Cooperação de Istambul da OTAN, criada, em 2004, para promover interoperabilidade (ou cooperação militar) entre a organização e os países membros da Iniciativa (PRASHAD, 2012). Dos onze presentes à reunião da Liga Árabe, os únicos países que votaram contrariamente à resolução proposta foram a Argélia e a Síria. Tendo sido aprovada, a ideia foi levada à ONU, reforçando o pedido que já havia sido feito pelo Conselho Nacional de Transição (no dia 2 de março), e por Grã-Bretanha e França (no dia 7 de março).

Cabe ressaltar que o Bahrein, assim como a Líbia, também passou por uma série de manifestações no contexto da “Primavera Árabe”. Essas, todavia, foram violentamente reprimidas por forças sauditas e dos Emirados Árabes Unidos, sob a bandeira do *Peninsula Shield Force*, o braço militar do CCG (PRASHAD, 2012; JOY, 2012). O Iêmen, por sua vez, também vivenciou manifestações, no início de 2011, que exigiam a saída do presidente Ali Abdullah Saleh, além de melhores condições econômicas e democracia no país. Com a intensificação das manifestações, o governo iemenita passou a reprimi-las com cada vez mais violência, tendo diversos manifestantes sido mortos. Apesar de ter havido uma escalada de violência no país, com o próprio presidente sendo gravemente ferido em um ataque, assim que se recuperou, Saleh reassumiu o poder no Iêmen (VISENTINI, 2012), tendo sido substituído apenas em fevereiro de 2012 (sem que tenha havido nenhum tipo de intervenção ocidental). Ainda, é importante destacar, nesse contexto, que a base naval da V Frota dos EUA está localizada no Bahrein, e que o Iêmen abriu seu espaço aéreo para os EUA utilizarem seus *drones* em ataques contra supostos membros da Al-Qaeda (tendo, inclusive, matado dois cidadãos estadunidenses, além de diversos outros iemenitas inocentes) (SALT, 2012).

Assim como o fizera às potências ocidentais, a rebelião líbia conferiu ao Catar e à Arábia Saudita uma oportunidade de tentar controlar a turbulência que se havia espalhado no Oriente Médio e no Norte da África e que ameaçava de forma significativa a estabilidade e a manutenção do *status quo* na região (JOY, 2011). Nesse contexto, o Catar foi, em grande medida, o responsável por pressionar os membros do CCG a votar favoravelmente à implementação da ZEA. Nesse sentido, Vijay Prashad (2012) destaca que:

a investida contra a Líbia não era apenas sobre ele [Kadafi]. Interesses em petróleo e estabilidade política tiveram sua importância. As potências atlânticas [EUA, França e Grã-Bretanha] fizeram um acordo com os sauditas e com os Estados árabes do Golfo que permitiu a esses últimos silenciar o dissenso na península árabe (Bahrein e Iêmen), se eles levassem a Liga Árabe, e assim a ONU, a apoiar uma intervenção liderada pela OTAN na Líbia. O foco no Catar, que liderou os Árabes do Golfo, foi reforçado (PRASHAD, 2012, p.7).

Dessa forma, assim que a resolução 1973 foi aprovada, o Catar passou a trabalhar conjuntamente com a OTAN na intervenção estabelecida, proporcionando treinamento militar para os rebeldes líbios, enviando tropas especiais para atuarem no solo e utilizando suas aeronaves *Mirage* e *C-17 Globemaster* em operações aéreas (PRASHAD, 2012).

Cabe destacar, assim, que, ainda que logo que tenham começado os ataques aéreos, o líder da Liga Árabe, Amr Moussa, tenha se pronunciado contrariamente à intervenção, afirmando que a forma como ela estava sendo conduzida era totalmente diferente do que previa uma ZEA (JOY, 2012), a posição inicial da Liga Árabe em relação à questão líbia foi fundamental para o seu desfecho. A resolução aprovada pela organização possibilitou a aprovação (e deu legitimidade à implementação) da Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU, bem como os ataques comandados pela OTAN. Esse posicionamento pode ser explicado tanto pela rivalidade existente entre Kadafi e algumas lideranças do Mundo Árabe, como pela necessidade dos países árabes do Golfo de pôr fim aos levantes no Bahrein e no Iêmen sem intervenções externas e com a conivência ocidental, de forma a garantir a estabilidade e a manutenção do *status quo* na região (PRASHAD, 2012). Nesse sentido, a grande capacidade econômica dos países membros do CCG foi fundamental não só para a aprovação da resolução 1973 do CSONU, mas também para conter as revoltas em alguns países, já que eles foram capazes de injetar grandes quantias de dinheiro não só em suas economias – como forma de amenizar os protestos¹⁸ –, mas também fora da península arábica¹⁹, como forma de promover uma espécie de contrarrevolução (KAMRAVA, 2012).

Conclusão

Fica claro, a partir da análise realizada, que a intervenção ocidental, apesar de ter sido justificada por meio de argumentos humanitários e do conceito de Responsabilidade de Proteger, tratou-se, objetivamente, de um ataque à Líbia, que respeitava aos interesses dos diversos atores envolvidos. Para as potências ocidentais, os principais interesses estavam vinculados ao petróleo líbio. Interesses estratégicos, entretanto, também tiveram papel importante no cálculo ocidental, já que a queda de dois regimes aliados (o Egito de Mubarak e a Tunísia de Ben Ali) reforçava a necessidade de estabelecer um novo regime estável pró-Occidente na região, como forma de possibilitar uma maior influência tanto no continente africano quanto no Mundo Árabe.

¹⁸ A partir de janeiro de 2011, antes mesmo de os protestos começarem na Arábia Saudita, o governo anunciou o pagamento de dois meses a mais de salário para todos os funcionários públicos. O governo do Kuwait, por sua vez promoveu um aumento de 115% nos salários dos funcionários públicos, além de ter anunciado que distribuiria alimentos gratuitamente à população por catorze meses (KAMRAVA, 2012).

¹⁹ O governo da Arábia Saudita deu ao Egito a quantia de US\$ 4 bilhões, como forma de reforçar o frágil governo pós-Mubarak e de evitar uma eventual radicalização. Além disso, o país propôs que o CCG fosse expandido, de forma a contar com a participação de Marrocos e Jordânia, as duas únicas monarquias do Mundo Árabe que não participam do grupo (KAMRAVA, 2012).

Além disso, a intervenção só foi possível por contar com o apoio da Liga Árabe, determinado, em grande medida, pela atuação das monarquias conservadoras do Golfo. A Liga, ao solicitar o estabelecimento de uma zona de exclusão aérea, sinalizou o apoio a uma intervenção externa, legitimando-a. Em grande medida, o apoio dos países árabes, e especialmente dos países membros do Conselho de Cooperação do Golfo, serviu como uma contrapartida ao silêncio ocidental em relação à dura repressão aos levantes populares ocorridos em alguns desses países (como o Iêmen e o Bahrein). O seu objetivo principal (sobretudo o das monarquias conservadoras) era garantir a manutenção do *status quo* regional e, para tanto, era necessário contar com o apoio do Ocidente. Assim, ao mesmo tempo em que os países membros do Conselho de Cooperação do Golfo combatiam a Primavera Árabe internamente, eles buscaram incentivá-la em outros países (entre eles a Líbia) através da mídia e de apoio diplomático, e por vezes através de organizações mais amplas, como a Liga Árabe (COLOMBO, 2012).

Por fim, é importante destacar que a intervenção ocidental e o assassinato de Muammar Kadafi tiveram como resultado a balcanização do Estado líbio. Multiplicou-se o número de milícias contrárias ao abandono das armas e ao respeito à autoridade de um governo central, e o Estado, instável, corre o risco de dividir-se oficialmente. Essa instabilidade impactou todos os países vizinhos, desestabilizando não só a África Setentrional, mas também os Estados da África Ocidental e da África Central (NAZEMROAYA, 2011). Fica evidente, portanto, que a “Primavera Árabe” não se tratou, na Líbia, de uma revolução. Ela foi, sim, a destruição consciente, pelo Ocidente (e com apoio das monarquias conservadoras do Golfo no âmbito da Liga Árabe), de um governo árabe-africano.

Referências

- ADEBAJO, Adekeye. Africa and America in an Age of Terror. **Journal of Asian and African Studies**. London, v.38, n.2-3, 2003.
- ANRIG, Christian F. Allied Air Power over Libya: a Preliminary Assessment. **Air & Space Power Journal**. Maxwell, v.25. n.4, p. 89-109, 2011.
- BELLAMY, Alex J. Libya and the Responsibility to Protect: The Exception and the Norm. **Ethics & International Affairs**. New York, v.25, no. 3, p.263-269, 2011.
- BELLAMY, Alex J. The Responsibility to Protect - Five Years On. **Ethics & International Affairs**. New York, v.24, n.2 p. 143–169, 2010.
- BELLAMY, Alex; WILLIAMS, Paul. The New Politics of Protection: Cote d’Ivoire, Libya and the Responsibility to Protect. **International Affairs**. London, v.87, n.4, p. 825-850, 2011.
- BOYLE, Francis A. **Destroying Libya and World Order: The Three-Decade U.S. Campaign to Terminate the Qaddafi Revolution**. Atlanta: Clarity Press, Inc., 2013.
- CAMPBELL, Horace. **Global NATO and the Catastrophic Failure in Libya**. New York/Oxford: Monthly Review/Pambazuka, 2013.
- CHARBONNEAU, Bruno. **France and the New Imperialism: Security Policy in Sub-Saharan Africa**. Hampshire: Ashgate, 2008.
- CHOSSUDOVSKEY, Michel. “Operation Libya” and the Battle for Oil: Redrawing the Map of Africa. **Global Research**, 2013b Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/operation-libya-and-the-battle-for-oil-redrawing-the-map-of-africa/23605>>. Acesso em 13 nov. 2013.
- CHOSSUDOVSKEY, Michel. Insurrection and Military Intervention: The US-NATO Attempted Coup d’Etat in Libya? **Global Research**, 2013a. Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/insurrection-and-military-intervention-the-us-nato-attempted-coup-d-etat-in-libya/23548>>. Acesso em 13 nov. 2013.
- CLARK, Wesley. **Winning Modern Wars: Iraq, Terrorism And The American Empire**. Jackson: PublicAffairs, 2003.
- COLOMBO, Silvia. The GCC Countries and the Arab Spring. Between Outreach, Patronage and Repression. **Instituto Affari Internazionali. IAI Working Papers**, n. 1209, p. 1-16, 2012. Disponível em: <<http://www.iai.it/pdf/DocIAI/iaiw1209.pdf>>. Acesso em 21 fev. 2014.
- CRISTIANI, Dario. UK Libya: The Consistency of Being Selective. **Istituto per gli Studi di Politica Internazionale (ISPI). ISPI Analysis**, n.238, 2014. Disponível em: <http://www.ispionline.it/sites/default/files/pubblicazioni/analysis_238__2014_0.pdf>. Acesso em 05 jun. 2014.

- DAALDER, Ivo H.; STAVRIDIS, James G. NATO's Victory in Libya The Right Way to Run an Intervention. **Foreign Affairs**. New York, v.91, n.2, p.2-7, 2012.
- DE WAAL, Alex. African roles in the Libyan conflict of 2011. **International Affairs**. London, v.89, n.2, p.365-379, 2013.
- DIETL, Gulshan. Middle East: Naming and Claiming a Region. **International Politics**, v.4, n.8, 2011. Disponível em: <<http://www.int-politics.com/Articles/No8/Gulshan.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2013.
- DINUCCI, Manlio. Libya in the Great Game: On the road to the new partition of Africa. **Global Research**, 2011. Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/libya-in-the-great-game/23413>>. Acesso em 13 nov. 2013
- EBAYE, Sunday E. N.; ENOR, Frank N. CHIME, Jide. NATO and the Libyan Crisis: A Looming Case of Neo-Dictatorship. **American International Journal of Contemporary Research**. USA. v.1, n.2, p.174-177, 2011.
- EL-KATIRI, Mohammed. **State-Building Challenges in a Post-Revolution Libya**. U.S. Army War College Strategic Studies Institute, 2012.
- ERLANGER, Steven. By His Own Reckoning, One Man Made Libya a French Cause. **The New York Times**. New York, April 1, 2011. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/04/02/world/africa/02levy.html>>. Aceso em 13 nov. 2013.
- EYAL, Jonathan. The Responsibility to Protect: A Chance Missed. In: JOHNSON, Adrian; MUEEN, Saqeb. **Short War, Long Shadow: The Political and Military Legacies of the 2011 Libya Campaign**. London: Royal United Services Institute, 2012.
- FERABOLLI, Silvia. Em busca de uma lógica Kadhafiana. **Boletim Mundorama**, Brasília, 2011.
- HASEEB, Khair El-Din. The Arab Spring Revisited. **Contemporary Arab Affairs**, Beirut, v. 5, n.2, p. 185-197, 2012.
- JANE'S. **Country Profile – Libya**. [2009]. Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT). Manuscrito. 212p.
- JOY, Ajish P. The Crisis in Libya. **Observer Research Foundation. ORF Issue Brief**, n.28, p.1-22, 2011.
- KAMRAVA, Mehran. The Arab Spring and the Saudi-Led Counterrevolution. **Orbis**, Philadelphia, v. 56, n.1, p. 96-104, 2012.
- KEENAN, Jeremy. **The Dark Sahara: America's War on Terror in Africa**. London : Pluto Press, 2009.

- KEENAN, Jeremy. **The Dying Sahara: U.S. Imperialism and Terror in Africa**. London : Pluto Press, 2013.
- KUPERMAN, Alan J. A Model Humanitarian Intervention?: Reassessing NATO's Libya Campaign. **International Security**. Cambridge, v. 38, n. 1, p. 105-136, 2013.
- LAURENT, Samuel. **Sahelistan: de la Libye au Mali, au Coeur du Nouveau Jihad**. Paris: Seuil, 2013.
- LEWIS, William. Libya: Dream versus Reality. **Mediterranean Quarterly**. Durham, v.22, n.3, p. 42-52, 2013.
- MORONE, Antonio Maria. Post-Qadhafi's Libya in Regional Complexity. **Istituto per gli Studi di Politica Internazionale (ISPI). ISPI Analysis**, n.116, 2012. Disponível em: <http://www.ispionline.it/it/documents/Analysis_116_2012.pdf>. Acesso em 15 nov. 2013.
- NAZEMROAYA, Mahdi Darius. Libya: Is Washington Pushing for Civil War to Justify a US-NATO Military Intervention? **Global Research**, 2011. Disponível em <<http://www.globalresearch.ca/libya-is-washington-pushing-for-civil-war-to-justify-a-us-nato-military-intervention/23375>>. Acesso em: 13 nov. 2013.
- OBAMA, Barack; CAMERON, David; SARKOZY, Nicolas. Libya's Pathway to Peace. **The New York Times**. New York, 14 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/04/15/opinion/15iht-edlibya15.html>>. Acesso em: 03 abr. 2014.
- PRASHAD, Vijay. **Arab Spring, Libyan Winter**. Oakland: AK Press Publishing & Distribution, 2012.
- ROUSSEAU, Richard. Libya: A Very Long War over Competing Energy Interests. **Foreign Policy Journal**, 2011. Disponível em <<http://www.foreignpolicyjournal.com/2011/11/19/libya-a-very-long-war-over-competing-energy-interests/>>. Acesso em 13 nov. 2013.
- SALT, Jeremy. Containing the "Arab Spring". **Interface: a journal for and about social movements**, [S.l.], v.4, n.1, p. 54 – 66, 2012.
- SMITH, Ben. UK relations with Libya. **UK House of Commons Library Research Papers**. SN/IA/ 5886, 2011. Disponível em: < www.parliament.uk/briefing-papers/SN05886.pdf >. Acesso em: 18 nov. 2013
- STRATFOR, Global Intelligence. **Special Series: Europe's Libya Intervention**. Março, 2011. Disponível em <http://wikileaks.org/gifiles/attach/128/128797_LIBYA_INTERVENTION.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2013.
- THAKUR, Ramesh. Libya and the Responsibility to Protect: Between Opportunistic Humanitarianism and Value-Free Pragmatism. **Security Challenges**. Kingston,

v.7, n.4, p. 13-25, 2011.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (UNGA). Report of the Secretary-General: Implementing the responsibility to protect, A/63/677, 2009. Disponível em: <[http://responsibilitytoprotect.org/SGRtoPEng%20\(4\).pdf](http://responsibilitytoprotect.org/SGRtoPEng%20(4).pdf)>. Acesso em 20 nov. 2013.

VERSCHAVE, François-Xavier. **De la Françafrique à la Mafrafrique**. Bruxelles: Édition Tribord, 2004.

VISENTINI, Paulo et al. O Verão Árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen. **Ciência & Letras**. Porto Alegre, n. 51, p.57-79, 2012.

VISENTINI, Paulo F. **A primavera árabe**: entre a democracia e a geopolítica do petróleo. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

VISENTINI, Paulo G. F.; OLIVEIRA, Guilherme Z. As Relações Sino-Africanas: (muitos) mitos e (algumas) realidades. **Século XXI: revista de Relações Internacionais**. Porto Alegre, v.3, n.1, p.25-40, 2012.

ZEIDAN, Shawky S. Politics and Government. In: METZ, Helen C. (Ed). **Libya: A Country Study**. Washington: GPO for the Library of Congress, 1987, cap.4, p. 171-236.

Recebido em: Fevereiro de 2014;
Aprovado em: Agosto de 2014.